



TELECOMUNICAÇÕES: BALANÇO CRÍTICO DE 15 ANOS

MÁRCIO PATUSCO

Engenheiro de telecomunicações, que trabalhou, na Nec do Brasil, onde se aperfeiçoou em comutação na Nec Tokyo, e na Embratel no período estatal e privado, responsável pela introdução de novas tecnologias. Representante brasileiro em diversas reuniões da UIT e autor do livro “RDSI: A Infraestrutura para a Sociedade da Informação”. Atualmente é Diretor Técnico do Clube de Engenharia.

Antes da privatização ocorrida em 1998, a prestação dos serviços de telecomunicações no Brasil era realizada por empresas públicas estaduais e a Embratel como integradora nacional, reunidas em uma *holding*, a Telebrás. Muito embora o resultado econômico do conjunto dessas empresas fosse superavitário, frequentemente haviam limitações de investimento impostas pela área econômica do governo federal, o que dificultava um bom atendimento

das demandas existentes em nossa sociedade.

Com a sanha privatista Reagan-Tatcher que se sucedeu em todo o mundo, mediante formas diversas, as telecomunicações foram objeto de mudanças radicais, tanto no aspecto dos serviços quanto da produção. No Brasil, houve uma preparação para esta nova ordem, com um aumento significativo de tarifas e a elaboração da Lei Geral de Telecomunicações – LGT – que passaria

a reger a nova forma de prestação dos serviços. Foi criada a Anatel para regular e fiscalizar a atuação das empresas privadas e realizados leilões vinculados a outorgas com regras de cobertura de todo o território nacional.

Nessa nova formulação, o serviço de telefonia fixa – STFC – foi o único concebido para ser prestado sob o regime público, significando que haveria metas de universalização, controle de tarifas e bens reversíveis ao final do contrato de concessão. Os demais serviços – telefonia móvel, internet, tv por assinatura, etc. –, seriam prestados sobre regime privado, dando maior liberdade às novas operadoras na sua maneira de colocar os recursos e facilidades à disposição dos usuários.

Contrariamente à maioria dos países que também empreenderam privatizações, não houve preocupação em manter uma empresa nacional que pudesse cuidar de comunicações estratégicas como segurança, dados críticos do setor governamental, comunicações das forças armadas, manutenção e expansão da infraestrutura básica de comunicações e atendimento público de forma geral em áreas menos favorecidas socialmente. Todas as operadoras resultantes, depois de várias fusões e aquisições, são multinacionais logicamente muito mais orientadas aos seus interesses comerciais, e sem dúvida, em remessa de lucros para suas sedes.

Apesar do crescimento das demandas em todas as áreas de serviços,

as encomendas no parque fabril nacional diminuíram, resultando no fechamento de indústrias e na transformação de centros de pesquisa e desenvolvimento em meras consultorias. Nossa balança comercial de produtos eletroeletrônicos registra déficits anuais crescentes estando atualmente na casa dos 30 bilhões de dólares. Segundo números da UIT – União Internacional de Telecomunicações -, órgão das Nações Unidas para telecomunicações, o Brasil ocupava em 2012 a 92ª posição em uma cesta de tarifas de serviços, ou seja, existem 91 países com tarifas menores que as nossas. No mesmo relatório estamos em 60º lugar em implementações de recursos de TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação), atrás de praticamente todos os nossos vizinhos sul-americanos. No entanto, o alentador é que, mais recentemente, nossas posições melhoraram nesses indicadores, a ponto da UIT destacar o Brasil como a evolução mais promissora entre todos os países, com um pujante mercado de receitas pelas operadoras de cerca de 100 bilhões de dólares anuais, que nos coloca atrás apenas de EUA, Japão e China. Além disso, observa-se uma tendência de queda de preços da banda larga e também acertos nas licitações de espectro para o serviço celular 3G e 4G, na colocação pela Anatel de compromissos de atendimento pelas operadoras nas regiões com menor atrativo comercial.

Nossa regulamentação de serviços, por sua orientação a plataformas tecnológicas, vem se constituindo também em um complicador para

um cenário de transparência e competição mais justa. Acrescente-se a isso que as leis para os serviços de radiodifusão, regulados pelo Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, encontram-se bastante desatualizadas. A própria UIT vem recomendando aos países, e muitos já implementaram, que em virtude da convergência tecnológica, migrem suas regulamentações para uma separação por tipo de capacidades de rede, sempre separando infraestrutura de conteúdo.

Em 2009, para se empreender a coleta das propostas para uma reforma das leis no setor, o governo realizou a I Conferência Nacional de Comunicações (I Confecom) com participação da sociedade civil, empresários e entidades governamentais. Surgiram propostas para as diversas áreas das comunicações nacionais, que poderiam vir a se constituir em um Marco Regulatório das Comunicações, de forma a alavancar o país para o desenvolvimento pleno nesse setor. No entanto, até agora não houve disposição política de enfrentar o desafio dessa reforma.

Em alguns casos, como no Plano Nacional de Banda Larga – PNBL – não se tem conseguido o resultado inicialmente previsto. Dos 28 milhões de acessos a serem comercializados até 2014, apenas cerca de 2 milhões foram efetivados até o momento. Apesar de desonerações fiscais, incentivos à produção, o plano vem patinando sem alcançar o sucesso que o governo esperava. A Telebrás, recriada acertadamente como suporte ao desenvolvimento desse pla-

no, com a perspectiva ambiciosa de ser uma operadora genuinamente nacional para o nosso mercado, vem sofrendo cortes em seus investimentos, indicando que uma mudança em sua prioridade inicial pode estar em curso.

A atuação da Anatel vem sendo bastante criticada pela sociedade por não estar do lado da defesa dos interesses dos usuários, transparecendo uma cooptação por parte dos prestadores de serviço. Juntando-se a isso, os recursos do Fundo

de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel -, criado exatamente para a finalidade de fazer com que a Anatel pudesse realizar suas tarefas, vem sendo seguidamente contingenciado para realização de superávits primários do governo. O mesmo ocorre com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust -, que deveria estar sendo empregado na universalização da telefonia fixa, e que pelo alto custo da tarifa básica, cerca de R\$ 45,00, não encontra mais aceitação pela sociedade, apesar de

sua pequena penetração, comparada a outros países.

Como se pode observar, os últimos 15 anos do setor de telecomunicações no Brasil foram de erros e acertos. O que se espera para o futuro é uma ação coordenada do governo no sentido da discussão de uma regulamentação que possa vir a alavancar o país para um caminho de desenvolvimento sustentável com responsabilidade social, aproveitando os ensinamentos desse passado recente.



Marcello Casal Jr/ABR